

# TEORIA DAS ESCOLHAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DO PERÍODO DE 1996 A 2015

*THEORY OF PUBLIC CHOICES: A BIBLIOMETRIC ANALYSIS OF THE PERIOD 1996 TO 2015*

DOI: [HTTP://DX.DOI.ORG/10.13059/RACEF.V11I1.576](http://dx.doi.org/10.13059/RACEF.V11I1.576)

**Nicole Regina de Souza Rovaris**

nirovaris@gmail.com

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

**Denize Cavichioli**

denize-gcu@hotmail.com

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

**Denis Dall'Asta**

denis.asta@unioeste.br

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

**Data de envio do artigo:** 04 de Julho de 2018.

**Data de aceite:** 02 de Março de 2020.

**Resumo:** O estudo objetivou analisar o desenvolvimento da produção acadêmica brasileira acerca da Teoria das Escolhas Públicas no período compreendido entre os anos de 1996 e 2015. Os pontos teóricos abordados foram a trajetória, principais conceitos e abordagens da Teoria das Escolhas Públicas. A metodologia quanto aos objetivos, é descritiva, quanto à abordagem do problema, quantitativa e quanto aos procedimentos, documental, por meio de análise bibliométrica. Realizou-se uma análise por meio das leis bibliométricas nas bases Scientific Periodicals Electronic Library (Spell); Portal de Periódicos CAPES/MEC; anais do Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT); anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e Scientific Electronic Library Online (Scielo). Como principais resultados, foram encontrados 17 artigos com as palavras-chave “Teoria das Escolhas Públicas”, “Escolha Pública”, “Escolhas Públicas” e “Buchanan”, escritos por 27 autores vinculados a 23 instituições. Destes, 8 artigos caracterizam-se como análise documental e 9 trabalhos são levantamentos teóricos. Com relação ao degree (grau), a autora que apresenta maior grau de formação de laços na rede de relacionamentos é a autora Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo, da Universidade Estadual Vale do Aracaju (UVA). O periódico que apresenta maior número de publicações referentes à teoria é a Revista de Administração Pública, seguida da Lua Nova.

**Palavras chave:** Escolha Pública. Bibliometria. James Buchanan.

**Abstract:** *The study aimed to analyze the development of Brazilian academic production about Public Choice Theory in the period between 1996 and 2015. The theoretical points approached the trajectory and main concepts. The methodology concerning the objectives, is descriptive, as the approach of the problem, quantitative and as to the procedures, documentary, through bibliometric analysis. An analysis was made through the bibliometric laws in the bases Scientific Periodicals Electronic*

*Library (Spell); Portal of Newspapers CAPES / MEC; annals of the Meeting of the National Association of Postgraduate Programs in Accounting Sciences (ANPCONT); annals of the USP Congress of Controllershship and Accounting and Scientific Electronic Library Online (Scielo). As main results, 17 articles were found with the keywords “Public Choice Theory”, “Public Choice”, “Public Choice” and “Buchanan”, written by 27 authors related to 23 institutions. Of these, 8 articles are characterized as documentary analysis and 9 papers are theoretical surveys. With regard to degree, the author who presents the highest degree of formation of ties in the network of relationships is the author Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo, from the State University of Vale do Aracaju (UVA). The journal that presents the largest number of publications related to the theory is the Journal of Public Administration, followed by the New Moon.*

**Keywords:** *Public Choice. Bibliometria. James Buchanan.*

## 1 INTRODUÇÃO

A Teoria das Escolhas Públicas ou *Public Choice* tem se desenvolvido desde meados da década de 50 e tem como objetivo principal aplicar um método da ciência econômica a um objeto tradicionalmente considerado na esfera da ciência política: grupos de interesse, partidos políticos, processo eleitoral, análise da burocracia, escolha parlamentar e análise constitucional (PEREIRA, 1997).

A referida teoria explica muitas ações que o governo precisa ter no sentido de tomada de decisões. Existem muitas situações em que a implementação de uma política pública exige uma mudança de regras, incentivos e processos, ou seja, algo superior a uma simples implementação simples no nível básico operacional de uma decisão política em determinado contexto (ALIGICA, 2015). De acordo com Butler (2012), a Escolha Pública é muitas vezes referida como uma escola de economia, uma abordagem para a ciência política que não tenta explicar como funciona a

economia, mas usa os métodos e ferramentas da economia para explorar como a política e o governo funcionam.

Diante da importância da Teoria das Escolhas Públicas para prever as escolhas do gestor público e da necessidade de seu estudo, surge a seguinte questão de pesquisa: Qual o desenvolvimento da produção acadêmica da Teoria das Escolhas Públicas no período de 1996 a 2015? O presente estudo tem como objetivo analisar o desenvolvimento da produção acadêmica brasileira acerca da Teoria das Escolhas Públicas. A exploração dos trabalhos por meio da bibliometria pode utilizar o estudo de redes sociais de coautoria enquanto estruturas de formação e de padrões nas relações sociais formais e informais, baseado na Sociologia (ULLRICH; OLIVEIRA; SCHEFFER, 2012). Assim, de acordo com citadas autoras, a perspectiva de análise por meio das redes sociais se estrutura como uma importante ferramenta analítica, pois pode fornecer elementos para a compreensão da forma pela qual são estabelecidos padrões de laços entre os indivíduos em um contexto social, bem como são construídos relacionamentos pautados em ambientes de autoridade, poder e impessoalidade.

O trabalho justifica-se por possibilitar uma visão da produção científica sobre a Teoria das Escolhas Públicas, destacando-se as lacunas existentes sobre o assunto. Além disso, destaca-se que a teoria em questão é pouco explorada no Brasil e busca-se propiciar um conhecimento mais aprofundado da temática. Assim, mensurar a quantidade de produção e algumas de suas características relacionadas ao referido tópico de pesquisa torna-se fator essencial para a pesquisa. Para tal, realizou-se a pesquisa bibliométrica e buscou-se a análise dos trabalhos, nos quais algumas propriedades foram observadas, tais como a quantidade de artigos publicados, contagem de artigos por base de dados, dados descritivos dos artigos, segregação/análise da abordagem dos artigos e periódicos com publicações.

O estudo é composto por cinco seções, iniciando por essa seção introdutória. Na seção seguinte, há uma explanação sobre a Teoria das

Escolhas Públicas. Na terceira seção são tratados os delineamentos metodológicos utilizados. Os resultados obtidos e suas análises são tratados na quarta seção. Enfim, na quinta seção são apresentadas as considerações finais, bem como as limitações e sugestões para pesquisas futuras.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os tópicos a seguir referem-se à trajetória histórica da Teoria das Escolhas Públicas, bem como aos principais conceitos relacionados a essa teoria.

### 2.1 Teoria das Escolhas Públicas

A necessidade de discussões acerca das teorias é evidente no meio acadêmico, entretanto, com relação à Teoria das Escolhas Públicas possui escassez de trabalhos. De acordo com Buttler (2012), no tocante a esta teoria, seus ideais e interpretações nunca estiveram tão em evidência como nos últimos tempos, principalmente devido à demanda por melhor governança e após a globalização, que veio a gerar conflitos no país quanto às escolhas de gestores e exigências dos cidadãos.

Segundo Macêdo (2014), essa temática é assunto inevitável e recorrente nos ciclos de debate da sociedade moderna e a tendência é que sua discussão continue sendo importante dada a complexidade, atualidade e importância desta teoria na conjuntura dos países. Após sucessivas pesquisas nas bases de dados nacionais, concluiu-se que ainda não existem trabalhos bibliométricos no Brasil de maneira a levantar o número e qualidade das publicações na área da Teoria das Escolhas Públicas. Ainda de acordo com Macêdo (2014), os interesses defendidos pelos eleitores, as escolhas dos governantes em um cenário de conflitos e desafios constantes, além da imagem do país perante a população local e internacional, configuram-se como terreno fértil para as interpretações da Teoria das Escolhas Públicas.

### 2.2 Trajetória histórica da *Public Choice*

Conhecida como *Public Choice*, a Teoria das Escolhas Públicas tem sua origem no conjunto de reflexões, que alguns autores, entre os quais se destaca James Buchanan, desenvolveram a partir dos anos 60, visando à adoção de uma perspectiva econômica de análise dos fenômenos políticos, notadamente das decisões em situações de não mercado ou de mercado político (DIAS, 2010). Segundo Buchanan e Tullock (1962), esta teoria considera que tanto os agentes públicos quanto os agentes econômicos realizam seus fins privados e entre os fins está a perseguição de rendas dentro da sociedade. De acordo com Cruz (2012) o foco da Teoria das Escolhas Públicas é o comportamento dos indivíduos relacionados com todo o processo político, seja na qualidade de agentes, eleitores ou pessoas interessadas em políticas públicas.

Buchanan nasceu no Tennessee, em 03 de outubro de 1919 e durante a maior parte de sua vida acadêmica esteve ligado a George Mason University, em Virginia. Dentre suas contribuições liberalistas, deu início a vertente que é conhecida como Teoria da Escolha Pública (*Public Choice*) e que se caracteriza por introduzir o individualismo metodológico e instrumental matemático na ciência política. Ademais, caracterizou duas grandes preocupações que podem ser identificadas por trás da elaboração da teoria da escolha pública. A primeira diz respeito à excessiva matematização que, cada vez mais, assumia papel central na formulação teórica da época, e da qual a teoria das expectativas racionais é um ótimo exemplo. Já a segunda preocupação diz respeito à acentuada politização das decisões econômicas, que era decorrência direta da enorme influência das políticas econômicas da inspiração keynesiana (DIAS, 2010).

As origens da *Public Choice* podem ser localizadas no final da década de 40, conforme contextualizado por Dias (2010), à luz do debate sobre as funções de bem-estar de Bergson e Samuelson. Segundo Buchanan (1949), a teoria e a prática das finanças deveriam ser revisadas para relacionar a distribuição individual do custo público à distribuição individual de benefícios, de modo que as pessoas pudessem visualizar o

que eles recebem em troca dos impostos que pagam. Ademais, a pergunta colocada pela *Public Choice* era: se o Estado existe como uma espécie de substituto do mercado para fornecer bens públicos e eliminar externalidades, como seria possível a revelação das preferências por esses bens públicos?

A *Public Choice*, segundo Dias (2010) começa a ter notoriedade nos estudos acadêmicos e passa a ser entendida como uma extensão dos métodos da teoria econômica convencional para o ambiente conhecido como mercado político. O principal argumento era de que, fosse no mercado, fosse na política, os indivíduos comportavam-se de mesma maneira, ou seja, motivados pelos interesses próprios. Buchanan (2003) a define como “política sem romance”, afastando a imagem que os agentes políticos buscam sempre o bem do coletivo. Conclui ainda, que a escolha pública não emana uma nova visão ou descoberta da ciência social, mas sim, incorpora uma compreensão sobre a natureza humana um pouco diferente, e propõe a análise por meio do estudo de elementos que compõem e interferem na tomada de decisões pelos agentes políticos.

Na segunda metade dos anos 60 incorpora-se nos EUA a segunda fase da *Public Choice*, ostentando um quadro liberal em dois aspectos: quanto às críticas aos efeitos da intervenção do Estado na economia e na sociedade como um todo, com efeitos à própria democracia; e quanto à formulação de um método de compreensão e análise da sociedade, com enorme influência às próprias Ciências Sociais. De acordo com Dias (2010), para compreender melhor a *Public Choice*, basta observar que o crescimento dos gastos públicos é devido ao interesse de eleitores, políticos e burocratas, ou seja, pesquisadores ligados à *Public Choice* têm procurado demonstrar que os gastos públicos e a burocracia crescem de forma significativa e ineficiente tornando a empresa pública menos eficaz que a empresa privada.

Segundo Viana (2010), considera-se importante o estudo sobre a Teorias das Escolhas Públicas, para se entender o fenômeno de motivações que podem influir significativamente

nas decisões do governante, no que tange a motivações políticas que visam a permanência deste no poder. Esta teoria, de acordo com o autor, consiste em estudar as interações institucionais do setor público. Ademais, é o ramo da economia que estuda a forma como o governo toma decisões, considerando as motivações dos políticos, pautado pela maximização de votos e sua probabilidade de eleição. Ainda salientando, Viana (2010) assevera que por conta dessas razões, uma boa estrutura de governança é necessária para minimizar esses efeitos.

Segundo Aligica (2015), a abordagem da Escolha Pública para a ordem pública é, por natureza, principalmente indireta: por meio de estruturas institucionais e de incentivos para lidar com a tomada de decisão em diferentes configurações, para analisar os diversos padrões de cooperação e coordenação em arquiteturas específicas de escolha, sendo essencialmente a engenharia institucional e organizacional da arquitetura da Escolha Pública.

De acordo com Costa et al. (2013) uma das principais percepções a respeito da teoria da escolha pública é que os resultados políticos diferem dos resultados de mercado. Essas diferenças não decorrem das motivações comportamentais dos indivíduos, mas das estruturas institucionais dentro das quais os racionais buscam alcançar ou atingir interesses. Ademais, de acordo com Cruz (2010) a Teoria da Escolha Pública adota uma perspectiva notadamente “racional” para inferir sobre as motivações que influenciam a tomada de decisões no ambiente político.

De acordo com Buchanan (2011), na medida em que o indivíduo racional é capaz de prever o impacto de suas escolhas, ele vai tentar escolher uma regra de tomada de decisão que irá minimizar os custos esperados que ele deve incorrer, tanto os que lhe são impostos pelas decisões coletivas tomadas negativamente a seus interesses e os que ele irá incorrer como um tomador de decisões.

Butler (2012) afirma que a Teoria das Escolhas Públicas é uma abordagem que produz algumas reflexões surpreendentes, e

lança questões desafiadoras de como a forma eficiente, eficaz e legítima do processo político é realmente. Cruz (2012) ainda destaca que a análise da escolha pública tem revelado que a distinção entre o comportamento dos seres humanos na vida privada e na pública, no sentido em que agem desinteressadamente nesta e egoisticamente naquela, é uma falácia; logo, tem levado as teorias a um considerado erro no estudo e na condução da vida pública pelo governo. Ademais, o autor salienta os efeitos danosos causados nas liberdades individuais provocadas por um sistema democrático em que as pessoas se permitem ser reguladas por representantes que elegem esperando salvaguarda de interesses.

A Teoria é precedida por Hume (2004) e Smith (1988), que difundem a visão nas ciências econômicas de que a maior parte das pessoas age perseguindo seu próprio interesse ao invés do interesse público. Corroborando com Dias (2010), Maciel (2007) expõe que o governo era tratado como exógeno ao funcionamento da economia de mercado, e os economistas se limitavam a fazer prescrições normativas sobre qual deveria ser o objetivo do governo. Posteriormente a Hume (2004) e Smith (1988), a Teoria da Escolha Pública passou a tratar o governo como endógeno ao modelo de economia e tomou-o como sendo formado por agentes que buscam maximizar seu próprio bem-estar e cujo comportamento é dependente das regras estabelecidas. Também dispensou a dicotomia entre um homem econômico e um homem político, passando a considerar que os indivíduos engajados em atividades de mercado e em atividades políticas agem sob as mesmas motivações em ambos os casos.

Já de acordo com Sant'Anna (1997), o precursor dessa corrente teórica que procura entender o mercado político, foi Thomas Hobbes, que tentou estabelecer uma ciência dedutiva para o comportamento humano, orientando o pensamento analítico para o setor público. Na crise dos anos 30, a teoria da *Public Choice* toma um impulso definitivo na criação de um modelo que tenta explicar as complexas interações institucionais que acontecem dentro



do setor político. Essa teoria essencialmente procura descrever o comportamento de atores individuais no setor governamental (tais como eleitores, burocratas, legisladores, entre outros), oferecendo alternativa para a correção das ineficiências do mercado privado. Tem como principais representantes Buchanan e Tullock, que concentram seus estudos nos longos períodos entre as eleições e nas instituições que exercem maior influência nas relações entre os indivíduos, apontam para o desperdício de recursos via arranjos institucionais ineficientes, interessam-se pela demanda de serviços públicos que não é atendida, consideram as soluções de política econômica sob o ponto de vista da ambientação constitucional (SANT'ANA, 1997).

Segundo Toneto Jr. (1996), no ano de 1957, Buchanan, em conjunto com Warren Nutter, fundou o Centro de Economia Política da Universidade de Virgínia, e é a partir deste marco que começa a se desenvolver a *Public Choice*. Buchanan dedicou-se ao estudo do Estado e do processo político, uma vez que, para ele, a experiência o mostrou que o entendimento do processo de mercado era uma condição necessária, mas não suficiente para assegurar os fundamentos intelectuais-analíticos de uma sociedade livre. Neste sentido, o autor rompe inclusive com a teoria econômica ortodoxa, que para ele estava demasiado preocupada com as propriedades puramente formais de seus modelos, com a prova de “proposições relevantes para seus mundos de fantasia”, esquecendo-se de entender o próprio objeto da Economia (processo de troca, de mercado e a relação deste processo com o conjunto institucional no qual as pessoas fazem suas escolhas).

Ainda de acordo com Toneto Jr. (1996), Buchanan é, sem dúvida, entre os economistas modernos, um dos que tiveram maior influência na modificação da maneira de pensar não somente nos assuntos econômicos, mas também de outras áreas do conhecimento. A sua Teoria da Escolha Pública é uma extensão dos métodos da teoria econômica tradicional à análise do processo político. Segundo o próprio Buchanan

(1962), o ambiente intelectual em que tem início suas obras é dominado pelos economistas que não possuem a liberdade individual como principal valor para a constituição da sociedade, aqueles que não atribuem ao mercado um valor positivo e que acreditam na superioridade do controle de uma instância reguladora sobre as liberdades individuais.

### 2.3 Principais Conceitos Relacionados à Teoria das Escolhas Públicas

Segundo Rowley (1993), a Teoria da Escolha Pública é conceituada como uma ciência localizada na intersecção entre economia e política e que busca entender e prever o comportamento de mercados políticos através de técnicas analíticas da economia. Assim, segundo Toneto Jr. (1996), a escola pública é uma volta à Economia política clássica. A preocupação não está simplesmente na racionalidade dos agentes, mas no que leva a determinado tipo de ação, quais as restrições que se colocam, qual a importância do quadro institucional e do ambiente nas decisões dos agentes.

O termo “escolha pública” é criticado por Seldon (2002), que considera um nome enganador para um sistema econômico e político no qual as escolhas do público real não são geralmente satisfeitas pela instituição política “pública” de tomada de decisões coletivas. A grande verdade, para ele, é que as instituições públicas politizadas não estão preocupadas primeiramente com as escolhas do público real como indivíduos ou famílias. Desta maneira, se a existência do Estado é necessária devido às falhas do mercado, para corrigir externalidades e conseguir assim melhorias de bem-estar, através da provisão de bens públicos, a preocupação de Buchanan é a limitação dos poderes do Estado para evitar as falhas deste.

Segundo Dias (2010), dentre as diversas idéias enfatizadas pela Escola da *Public Choice*, em que a análise situa-se sobre finanças públicas, políticas comerciais e políticas regulatórias, destacam-se:

a) logrolling: denota troca de apoio entre políticos;

b) grupos de interesse: grupos sociais organizados com interesse em influenciar o governo;

c) burocratas: vários teóricos da *Public Choice* estudaram a burocracia com a finalidade de explicar interesses e motivações destes, bem como sua relação entre interesses individuais e os da corporação;

d) rent-seeking: tarifas sobre produtos e monopólios proporcionam ganhos para indústrias. Tradicionalmente os economistas têm estudado os custos relacionados a estas tarifas.

É importante ressaltar que Cruz (2012) alega a existência de mais um elemento além do Logrolling, grupos de interesse (neste estudo caracterizado como lobbying organizado), burocratas e rent-seeking: o paradoxo do voto (complexidade dos sistemas de votação, essência do sistema democrático). De acordo com Dias (2010) é o termo usado para denotar a troca de apoio entre políticos; quando os partidos são baseados em princípios de lealdade e disciplina partidária, a maior parte da atividade de logrolling é desenvolvida no interior dos partidos (na formulação dos seus programas); quando, ao contrário, os partidos são fracos e seus membros indisciplinados, as atividades de logrolling tendem a ser intensas e muitas vezes sem princípios.

## 2.4 Abordagens da Teoria das Escolhas Públicas

A Teoria da Escolha Pública é constituída, segundo Costa et al. (2013), por três fundamentos: o individualismo metodológico; o homo economicus como postulado do comportamento individual, e a economia como ciência de trocas. De acordo com os pressupostos da Teoria da Escolha Pública, a tomada de decisões políticas ocorre segundo um conjunto de regras, sendo que a mais importante é que essas decisões são tomadas pelos representantes eleitos; e ainda que as motivações dos políticos (gestores públicos) resumem-se à premissa de que os mesmos tomam decisões que possibilitem a maximização da sua probabilidade de reeleição (CRUZ, 2010).

O alvo das formulações buchanianas, segundo Dias (2010) é a discussão sobre a natureza e o princípio que devem nortear a escolha das regras de agregação das preferências, destinadas a cumprirem um curso de ação modificadora ou de conservação do mundo material, em vista o critério dos custos daí advindos. De acordo com Araújo (2003), no caso brasileiro, o Estado tradicionalmente tem sido utilizado como instrumento de abuso do poder por parte de minorias privilegiadas. Sendo assim, um sistema político baseado no princípio do benefício levaria fatalmente a uma reversão no quadro de desigualdade.

Cruz (2012) salienta neste ponto que quem estuda os elementos da Teoria da Escolha Pública não pensará que o que o governo está, sistematicamente, engajado em maximizar o interesse público, mas, entenderá que os políticos estão dispostos a maximizar seus próprios interesses particulares. O estudante da escolha pública sentirá que, tanto no mercado privado quanto no setor governamental há instituições que tendem a direcionar indivíduos maximizando seus próprios interesses.

Assim, a análise de Buchanan aponta para uma divisão do Estado em dois eixos: a fase do contrato institucional e o contrato pós-institucional. Assim, de acordo com Dias (2010) a Teoria da Escolha Pública parece romper com a teoria econômica convencional, pois esta estava muito preocupada com propriedades formais, olvidando-se de entender o próprio objeto economia, qual seja: o processo de mercado e a relação deste com o conjunto institucional no qual as pessoas fazem suas escolhas. Ademais, a teoria econômica convencional possui mais algumas limitações: não leva em consideração o quadro institucional e considera o Estado como agente exógeno, obstruindo desta maneira a análise do processo político.

Macêdo (2014) aponta que a Teoria das Escolhas Públicas vem conseguindo espaço e aceitação em várias ciências, propagando as suas ideologias sob diferentes nuanças, países e povos, estando ainda em constante evolução e ascendência, despertando o interesse de numerosos estudiosos em todo o mundo,

instigando e desencadeando novas pesquisas e visões.

Segundo o modelo de Buchanan (1960), se os indivíduos diferem nas ideias sobre o bem público, ou antes, agem conforme suas preferências, o processo político configurado deve ser analisado em termos de “custos” advindos da obtenção de acordo entre as partes. Para Buchanan, a variável chave de sua análise refere-se aos custos da organização em si, isto é, o custo derivado de decisões tomadas coletivamente (DIAS, 2010). Logo, de acordo com Cruz (2012), a Teoria da Escolha Pública muda a visão do comportamento humano ao introduzir o quadro analítico da economia na ciência política. Ademais, é importante salientar que Buchanan enfatiza como fundamental o divórcio entre a política e a moral, no entanto, não sugere que o teórico da política tenha que restringir-se a uma atuação meramente historicista dos fenômenos da política, e sim, que suas reflexões apontem para uma dimensão do aperfeiçoamento das instituições políticas.

Portanto, segundo reflexão de Cruz (2010), admite-se que a Teoria da Escolha Pública supõe que cada ator político toma decisões considerando a proteção dos seus interesses pessoais, o que tem como consequência a maximização da utilidade desse agente social. Dessa forma, é possível assumir que a Teoria da Escolha Pública contribui para explicar como os governos tomam decisões acerca de impostos, despesas, regulamentação e outras políticas.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia empregada neste estudo, quanto aos objetivos, é descritiva; quanto aos procedimentos, documental e quanto à

abordagem do problema, quantitativa. Para atingir ao objetivo proposto de explorar a produção acadêmica brasileira acerca da Teoria das Escolhas Públicas, utilizou-se de uma análise bibliométrica.

Os artigos utilizados para o estudo foram obtidos de duas bases de dados nacionais: *Scientific Periodicals Electronic Libray* (Spell); Portal de Periódicos CAPES/MEC; Anais do Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT); Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e *Scientific Electronic Library Online* (Scielo). Todas as bases selecionadas representam um espaço que fornece a oportunidade para os autores de diversas áreas publicarem seus trabalhos, além de deterem representatividade no cenário nacional de pesquisa científica.

Para selecionar a amostra a ser pesquisada, foram filtrados artigos com as palavras: “Escolhas Públicas”, “Buchanan”, “Escolha Pública” e “Teoria das Escolhas Públicas”, no período compreendido entre os anos de 1996 a 2015, compondo uma amostra inicial de 89 (oitenta e nove) artigos. Após a coleta foi realizada a leitura dos mesmos e selecionados somente aqueles relacionados ao tema proposto, totalizando 17 (dezessete) artigos científicos, dos quais 17 com abordagem “Teoria das Escolhas Públicas”, permeando concentração de aproximadamente 64% na base de dados Spell, 29,5% na Scielo e 5,9% na base de dados da CAPES, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Contagem de artigos por base de dados

Base de dados	Frequência	Porcentagem
CAPES	1	5,88%
Scielo	5	29,41%
Spell	11	64,71%
Total Geral	17	100,00%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2018).



Com relação às categorias de análise produtividade de periódicos, produtividade de autores e frequência da ocorrência de palavras foram estabelecidas categorias de análise similares aos estudos de Ferreira (2010), por meio da utilização das três leis Básicas da Bibliometria: Lei de Bradford, de Lotka e Zipf. Realizou-se a análise dos dados no tocante: período de publicação dos artigos; periódico; rede social contendo os autores mais prolíficos e com maior número de laços; abordagens dos artigos. Quanto à análise das redes sociais, optou-se pela exploração das redes de coautoria e degrees (graus de centralidade), que representam vertentes de análise de redes sociais (LIU et al., 2005). Para gerar as figuras representativas da estrutura da rede e seus indicadores, empregou-se o Software Package For Social Network Analysis and Cultural Domain Analysis (UCINET® 6). Para identificar as abordagens dos artigos, realizou-se uma análise de conteúdo temática (Bardin, 2002) do objetivo e do resumo dos artigos. Como fator de

limite da pesquisa, vale ressaltar que a base de busca limitou-se aos termos “Escolhas Públicas”, “Buchanan”, “Escolha Pública” e “Teoria das Escolhas Públicas”, estratégica no título, e também à base de dados das publicações nacionais.

#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Em relação aos dados gerais da pesquisa, o Quadro 1 apresenta uma síntese dos dados coletados, com vistas a evidenciar o total de artigos publicados na área da Teoria das Escolhas Públicas, bem como autores e instituições. No total foram encontrados 17 artigos após o processo de filtragem e refinamento da pesquisa, por meio das bases de dados da CAPES, Spell e Scielo, utilizando as palavras chaves “Teoria das Escolhas Públicas”, “Escolha Pública”, “Buchanan” e “Escolhas Públicas”.

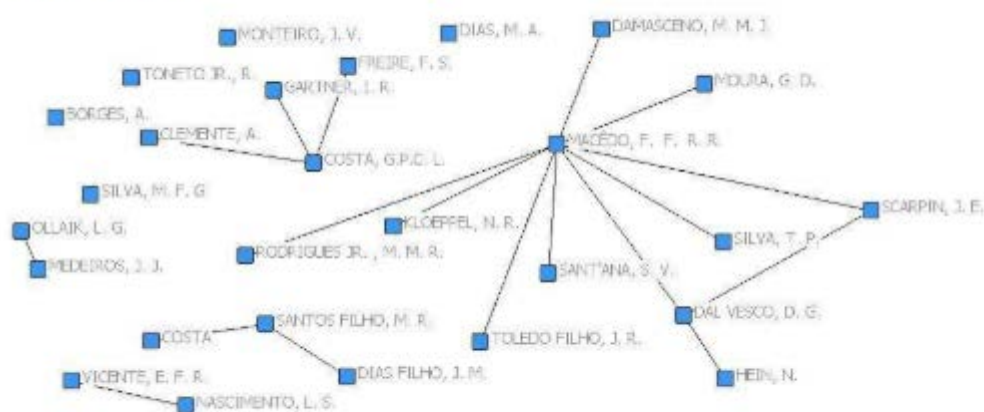
A Figura 1 apresenta a formação da rede de coautoria em artigos que abrangem o tema da Teoria das Escolhas Públicas.

Quadro 1 – Dados descritivos de artigos publicados sobre a Teoria das Escolhas Públicas

Categoria	Quantidade
Total de artigos	17
Total de autores	27
Total de instituições	23

Fonte: Resultados da Pesquisa (2018).

Figura 1 – Visualização da rede de coautoria entre pesquisadores sobre a Teoria das Escolhas Públicas

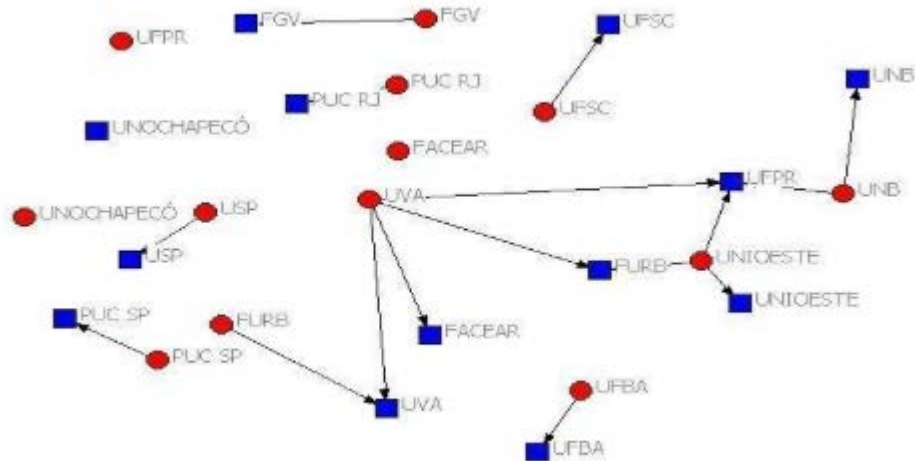


Fonte: Resultados da Pesquisa (2018).

Os pontos em azul representam os autores dos trabalhos, as linhas demonstram a formação de laços entre os mesmos, e os pontos que não possuem ligações representam autores que não publicaram em cooperação nos artigos selecionados.

Na Figura 2, os atores da rede correspondem às instituições às quais os autores dos artigos analisados neste estudo estavam vinculados no período de publicação dos trabalhos. Dentre as instituições analisadas podem-se citar a Unioeste, FURB, UFSC, dentre outras.

Figura 2 – Visualização de rede de coautoria entre instituições

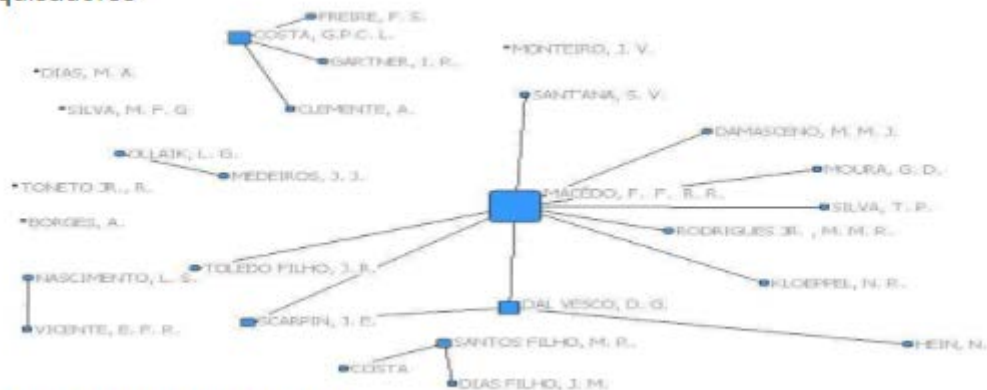


Fonte: Resultados da Pesquisa (2018).

Conforme mencionado acima, a Figura 2 mapeia a visualização de rede de coautoria entre instituições. Pode-se concluir que as instituições que publicaram em cooperação foram a Unioeste, UVA, FURB e FACEAR.

A Figura 3 refere-se à centralidade de grau (degree) da formação de redes de coautoria entre os autores. Quanto maior for o índice, maior é o tamanho do nó a ser apresentado no gráfico. Segundo Ullrich, Oliveira e Scheffer (2012), a medida de análise de rede que utiliza esta identificação denomina-se degree. Assim, quanto maior o número de laços constituídos por um autor, maior possibilidade de influência este poderá exercer sobre os componentes da rede, pois uma maior quantidade de conexões pode corresponder a um maior acesso a informações e recursos para desenvolvimento de atividades. Ainda de acordo com Ullrich, Oliveira e Scheffer (2012), um maior degree pode corresponder à possibilidade de tal autor sofrer maiores influências e pressões do contexto em que está inserido e, desta forma, a pessoa que conecta outras pode vir a limitá-las, visto que detém um maior número de informações e suas ideias possuem maior repercussão na rede.

Figura 3 – Visualização da centralização de grau da rede de coautoria entre pesquisadores



Fonte: Resultados da Pesquisa (2018).

De acordo com a Figura 3, observa-se que a autora detentora do maior degree é Macêdo, F. F. R. R., da UVA (Universidade Estadual Vale do Aracaju), caracterizada por possuir maior quantidade de laços. A autora em questão publicou sobre a teoria com autores diferentes, o que evidencia sua contribuição para a pesquisa sobre a Teoria. Ademais, observa-se que a pesquisa no âmbito da Teoria das Escolhas Públicas concentra-se em um número de autores menor que 30.

A Tabela 2 apresenta a abordagem metodológica quanto aos procedimentos dos artigos que compõem a amostra do estudo.

**Tabela 2 – Abordagem dos Artigos com o Tema “Teoria das Escolhas Públicas”**

Abordagem	Frequência
Análise documental	8
Levantamento teórico	9

Fonte: Resultados da Pesquisa (2018).

Conforme a Tabela 2, percebe-se que houve divisão entre os métodos mais utilizados para a produção de trabalhos científicos abordando a Teoria das Escolhas Públicas: 53% das pesquisas (9 artigos) são levantamentos teóricos e 47% (8 artigos) são análises documentais acerca do tema. Não há a identificação de pesquisas que envolvem a realização de pesquisas nas modalidades de estudo de caso e levantamento sobre o assunto, o que denota que pesquisas com tais métodos seriam inéditas na área.

Na sequência, expõe-se a Tabela 3, na qual podem ser visualizados os periódicos em que os artigos foram publicados.

**Tabela 3 – Periódicos com Publicações sobre a Teoria das Escolhas Públicas**

Periódico	Frequência	Percentual
Administração Pública e Gestão Social	1	5,88%
Enfoque Reflexão Contábil	1	5,88%
Lua Nova: Revista de Cultura e Política	2	11,76%
Revista Ciências Administrativas	1	5,88%
Revista de Administração de Empresas	2	11,76%
Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS	1	5,88%
Revista de Administração Pública	5	29,41%
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	1	5,88%
Revista de Contabilidade e Organizações	1	5,88%
Revista de Gestão em Sistemas de Saúde	1	5,88%
Revista Ponto e Vírgula	1	5,88%
Total Geral	17	100,00%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2018).

Com relação aos periódicos em que tais trabalhos foram publicados, o que possui mais artigos abrangendo o tema Teoria das Escolhas Públicas é a Revista de Administração Pública (29,41%), com cinco artigos, seguido pela Revista de Administração de Empresas (11,76%) com dois artigos e Lua Nova: Revista de Cultura e Política (11,76%) também com dois artigos. As demais revistas apresentaram percentual de 5,88%, com um artigo publicado nesta área, conforme demonstrado na Tabela 3.

Com relação à produtividade de periódicos, a análise foi orientada pela Lei de Bradford, conhecida também, de acordo com Vanti (2002) como lei da dispersão e que permite, mediante a produtividade das revistas, estabelecer o núcleo e as áreas de dispersão sobre um determinado assunto em um mesmo conjunto de revistas. Esta lei determina três zonas de classificação de periódicos, presentes na Tabela 4. O multiplicador de Bradford serve como parâmetro para construção das zonas de classificação.

Tabela 4 – Distribuição Ideal de Bradford

	Fator de multiplicação	Periódicos	Produtividade de artigos
Zona A		3,67	10
Zona B	2,28	8,36	4
Zona C	2,28	10,64	3

Fonte: Resultados da Pesquisa (2018).

A composição das zonas foi calculada da seguinte forma, de acordo com Lousada et al. (2012): zona A caracteriza-se por abranger um terço dos periódicos, a zona B é calculada por meio do fator de B pelo resultado de A e a zona C é calculada pela multiplicação de B pelo fator de C. No que diz respeito aos periódicos que concentram publicações sobre a Teoria das Escolhas Públicas somaram-se 10 artigos.

Já com relação à produtividade dos autores, segue-se a Lei de Lotka, que de acordo com Ferreira (2010), também conhecida como Lei do Quadrado Inverso devido a sua premissa: o número de autores que tenham publicado exatamente (n) trabalhos é inversamente proporcional a (n<sup>2</sup>). De acordo com a autora, quanto mais se publica, mais parece que se facilita publicar um novo trabalho. A produtividade individual dos autores é mostrada abaixo, conforme a Tabela 5.

Tabela 5 – Quantidade de Publicações por Autor

Nº de artigos publicados	Autores	Porcentagem
1	22	84,62%
2	2	7,69%
3	1	3,85%
4	1	3,85%
Total	26	100,00%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2018).

De acordo com a Tabela 5, percebe-se que apenas 4 dos 26 autores encontrados possuem mais de uma publicação relacionada à Teoria das Escolhas Públicas, corroborando a análise de que falta profundidade a respeito da produção científica sobre o tema. Percebe-se de maneira geral, que não há uma continuação de estudos sobre a teoria por parte dos autores.

No que tange à frequência de ocorrência de palavras, de acordo com Ferreira (2010), também conhecida como Lei do Menor Esforço ou Lei de Zipf, incide na medição de frequência do aparecimento das palavras em vários textos e, desta maneira, é gerada uma lista ordenada de termos de uma determinada disciplina ou assunto. Na presente pesquisa esta lei foi aplicada por meio da utilização da nuvem de palavras para a verificação da ocorrência de palavras que constam nos títulos e palavras chave dos artigos analisados. Logo, a Figura 4 mostra os termos mais utilizados.

Nota-se, conforme a figura abaixo, que as palavras com destaque são pública, públicas, teoria, região, economia, saúde, sistema e municípios. Assim, claramente observa-se, de acordo com a Lei de Zipf que a ocorrência frequente de tais temas aborda a pesquisa da referida Teoria nos âmbitos da saúde e municípios.

Após análise orientada pelas leis bibliométricas, a seguir serão apresentados alguns objetivos e sugestões para trabalhos futuros dos artigos. No que se refere à verificação dos objetivos, na Figura 5 a seguir, são apresentados os objetivos relacionados à contabilidade nos artigos.



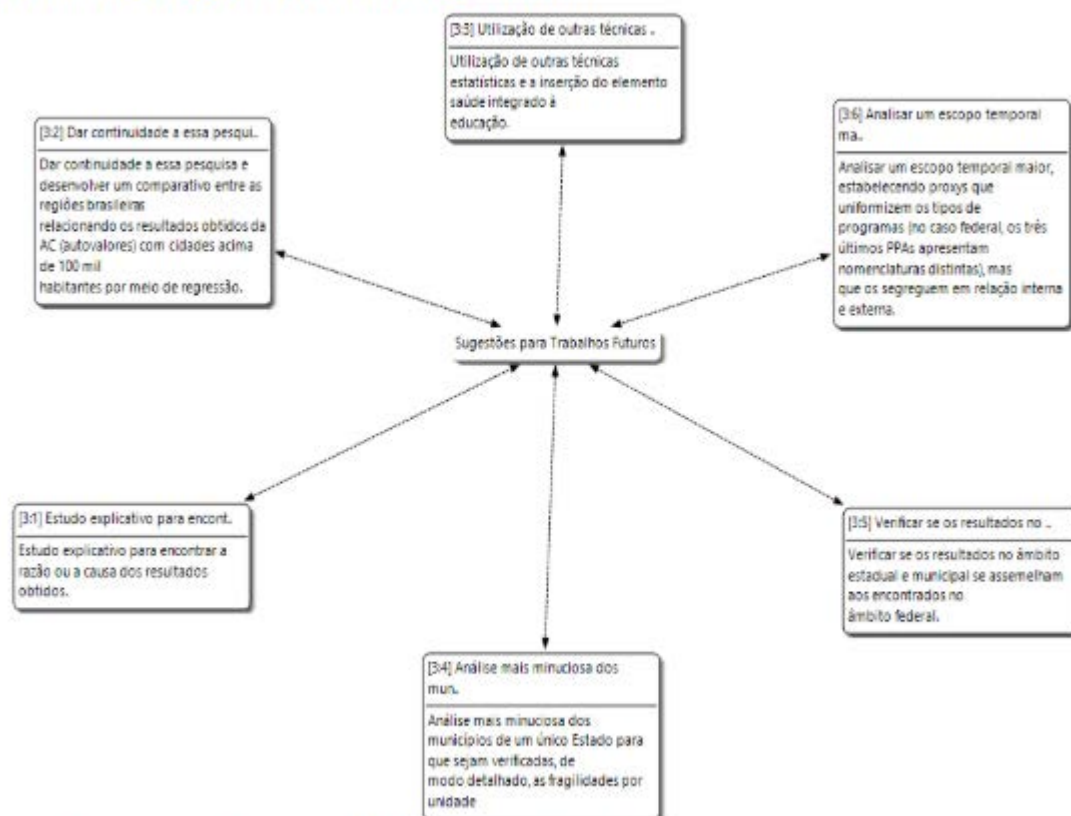




Com base em tais objetivos, ressalta-se a ligação da Teoria das Escolhas Públicas com a pesquisa em contabilidade, podendo ela ser relacionada com estudos de indicadores contábeis, econômicos e financeiros, crises econômicas, liquidez e endividamento dos municípios.

Quanto à sugestão para trabalhos futuros, na Figura 6 são expostas as principais verificadas nos artigos.

Figura 6 – Sugestões para Trabalhos Futuros



Fonte: Resultados da Pesquisa (2018).

Por meio da Figura 6, com base nas sugestões para estudos futuros identificadas nos artigos, podem ser percebidas lacunas para realização de estudos futuros. Pode destacar-se a sugestão de “Desenvolver um comparativo entre as regiões brasileiras relacionando os resultados obtidos da AC (autovalores) com cidades acima de 100 mil habitantes por meio de regressão”.

Diante de tais resultados, ressaltam-se as possibilidades de novas pesquisas que podem ser realizadas utilizando a Teoria das Escolhas Públicas e continuando a investigação de programas (PPAs) e aspectos no âmbito da Administração Pública, nas esferas federal, estadual e municipal.

Após os resultados, o próximo capítulo discute as principais conclusões relacionadas à pesquisa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Teoria das Escolhas Públicas ou *Public Choice* surgiu na década de 50 e tem como objetivo principal aplicar um método da ciência econômica a um objeto tradicionalmente considerado na esfera da ciência política: grupos de interesse. Neste sentido, trata-se de uma importante teoria a ser estudada no âmbito das Ciências Sociais e Aplicadas, especialmente a Contabilidade. A seguinte pergunta orientou a pesquisa: Qual o desenvolvimento da produção acadêmica da Teoria das Escolhas Públicas no período de 1996 a 2015? Por meio de análise bibliométrica realizada, pôde-se constatar a carência de publicações que envolvam a Teoria das Escolhas Públicas nos estudos.

Foram elencados apenas 17 artigos por meio das palavras chave “Teoria das Escolhas Públicas”, “Escolha Pública”, “Escolhas Públicas” e “Buchanan”, por 27 autores vinculados a 23 instituições diferentes. Com relação à abordagem das pesquisas, 8 artigos caracterizam-se como análise documental e 9 trabalhos são levantamentos teóricos. Com relação ao degree, a autora que apresenta maior grau de formação de laços na rede de relacionamentos é a autora Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo, da Universidade Estadual Vale do Aracaju (UVA). O periódico que apresenta maior número de publicações referentes à teoria é a Revista de Administração Pública, seguida da Lua Nova, Revista de Cultura e Política e Revista de Administração de Empresas.

Ademais, de acordo com as leis bibliométricas de Bradford, Lotka e Zipf, referentes respectivamente à distribuição da produção científica ao longo do tempo, produtividade dos autores e frequência de palavras, pôde-se concluir que somam-se 10 artigos concentrados em periódicos que abordam a Teoria das Escolhas Públicas; aproximadamente 84,6% dos autores que publicaram nesta área possuem apenas uma publicação; e que palavras vinculadas a teoria, como saúde, município e política, aparecem em número considerável demonstrando o direcionamento dos estudos que existem até então.

Por meio desse trabalho, identificaram-se os centros acadêmicos brasileiros nos quais estão concentradas as pesquisas sobre

a Teoria das Escolhas Públicas e os periódicos que publicam sobre o assunto, de forma que é possível colaborar para um entendimento da referida teoria no cenário nacional. Além disso, constataram-se as metodologias utilizadas em seu estudo, o que permite a identificação de lacunas de pesquisa, que podem subsidiar novos trabalhos. Destaca-se, desta maneira, a relevância em desenvolver pesquisas que estudem a Teoria das Escolhas Públicas, no sentido de demonstrar a importância desta teoria no âmbito da Contabilidade e de que forma está sendo realizada a produção científica, visto que se trata de uma área com vasta exploração a desenvolver e, conseqüentemente, de autores.

Como limitação da pesquisa, apresenta-se que por utilizar como amostra as bases voltadas para pesquisa na área de contabilidade e áreas afins, os resultados não podem ser generalizados para outros periódicos e veículos de publicação nem para outras áreas. Entretanto, observa-se que os achados da pesquisa podem contribuir para o entendimento da produção científica da referida teoria na área de Contabilidade.

As lacunas apresentadas possuem potencial para qualificar pesquisa de grande escopo, e contribuir para efetivas atuações nos diversos campos organizacionais. Dessa forma, recomenda-se que sejam realizados estudos futuros sobre debates e trabalhos relacionados à consolidação da área, bem como aplicabilidade da Teoria das Escolhas Públicas na Contabilidade e áreas afins por meio das metodologias de estudo de caso e levantamento, não encontrados em pesquisas nacionais anteriores.

---

## REFERÊNCIAS

ALIGICA, Paul Dragos. *Public Administration, Public Choice and the Ostroms: the achievements, the failure, the promise*. **Public Choice**, New York, v. 163, p. 111-127, 2015.

BUCHANAN, James M. *The Calculus of Consent: Logical Foundations of Constitutional Democracy* [1962]. **PLL**, v. 6, 2011.

BORGES, André. Democracia vs. eficiência: a teoria da escolha pública. **Lua Nova**, São Paulo, n. 53, p. 159-179, 2001.

BUCHANAN, James; TULLOCK, Gordon. **The calculus of consent**: the logical foundations of constitutional democracy. Ann Arbor: The University of Michigan Press. 1962.

BUCHANAN, James M. **Public choice**: the origins and development of a research program. Center for the Study of Public Choice at George Mason University Fairfax, Virginia, v. 13, p. 1-13, 2003.

BUTTLER, Eamonn. **Public Choice**: a primer. London: Great Britain, 2012

COSTA, Giovanni Pacelli Carvalho Lustosa da; FREIRE, Fátima Souza; GARTNER, Ivan Ricardo and CLEMENTE, Ademir. As escolhas públicas orçamentárias federais no PPA 2008-2011: uma análise da perspectiva do modelo principal-agente. **Rev. Adm. Pública** [online]. 2013, v. 47, n.5, p.1089.

CRUZ, Cláudia Ferreira da. **Transparência da gestão pública municipal**: referenciais teóricos e a situação dos grandes municípios brasileiros. 2010. 140 f.. Dissertação. Mestrado em Ciências Contábeis. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

DAL VESCO, Delci Grapégia; HEIN, Nelson; SCARPIN, Jorge Eduardo. Análise dos indicadores de desempenho em municípios na região Sul do Brasil com até 100 mil habitantes. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v. 33, n. 2, p. 19-34, 2014.

DIAS, Marco Antônio. James Buchanan e a “Política” na escolha pública. **Rev. Ponto e Vírgula**, São Paulo, v. 6, p.201-217, 2009.

FERREIRA, Ana Gabriela Clipes. Bibliometria na avaliação de periódicos científicos. **DataGramZero-Revista de Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 11, n. 3, p. 1-9, 2010.

LOUSADA et al., Mariana. Produção científica sobre gestão do conhecimento e gestão da informação no âmbito da ciência da informação: uma aplicação da lei de Bradford. **Anales de Documentación**, Murcia, 2012.

MACÊDO, Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro; DAL VESCO, Delci Grapegia; TOLEDO FILHO, Jorge Ribeiro. Efeitos da crise subprime na arrecadação, liquidez e endividamento dos municípios da Região Sul do Brasil. **Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS**, São Leopoldo, v. 9, n. 4, p. 329-339, 2012.

MACÊDO, Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro; MOURA, Geovanne Dias; HEIN, Nelson. Investidores institucionais e práticas de governança corporativa: uma análise das maiores empresas

brasileiras listadas na Bm&fbovespa. **Revista Iberoamericana de Contabilidad de Gestión**, Logroño, v. XI, n. 21, Enero-Junio, 2013.

MACÊDO et al., Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro. Análise de Desempenho do Sistema Único de Saúde (SUS) dos Municípios das Regiões Brasileiras. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 1-16, 2015.

MACÊDO, Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro; DAMASCENO, Márcia Maria Jorge. Análise de desempenho do sistema único de saúde na região nordeste do Brasil. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 20-36, 2013.

MACIEL, Felipe Guatimosim. **Poder de votação e as regras de tomada de decisão no plenário do Conselho Federal de Economia**. 2007. 103 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MONTEIRO, Jorge Vianna. Escolhas públicas no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, p. 97-102, 2007 .

MONTEIRO, Jorge Vianna. A conjuntura das escolhas públicas: crise e passivo institucional. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro , v. 43, n. 3, p. 715-727, Jun. 2009 .

MONTEIRO, Jorge Vianna. Condicionamentos institucionais das medidas provisórias. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, 2000.

OLLAIK, Leila Giandoni; MEDEIROS, Janann Joslin. Instrumentos governamentais: reflexões para uma agenda de pesquisas sobre implementação de políticas públicas no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 6, p. 1943-1967, Dez. 2011.

PEREIRA, Paulo Trigo. A teoria da escolha pública (public choice): uma abordagem neoliberal? **Análise Social**, Lisboa, v. 32, n. 141, p. 419-442, 1997.

ROWLEY, Charles K. **Public Choice Theory I: Homo Economicus in the Political MarketPlace**. Aldershot: Edward Elgar, 1993.

SANTOS FILHO, Manuel Roque; DIAS FILHO, José Maria; FERNANDES, Gilênio Borges. Avaliação da capacidade de predição do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDH-M) a partir das demonstrações contábeis e legais. **Revista Ciências Administrativas ou Journal of Administrative Sciences**, Fortaleza, v. 18, n. 1, 2014.

SANT'ANNA, Gilson Carlos. **A reforma tributária do governo Fernando Henrique Cardoso numa perspectiva da Public Choice**. 1997. 116 f. Dissertação. Mestrado em Administração Pública - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1997.

TULLOCK, Gordon; BRADY, Gordon L.; SELDON, Arthur. **Government failure: a primer in public choice**. Cato Institute, Washington, 2002.

SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da. Políticas de governo e planejamento estratégico como

---

problemas de escolha pública: II. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 38-50, 1996.

TONETO JR., Rudinei. Buchanan e a análise econômica da Política. **Lua Nova**, São Paulo, n. 38, p. 125-145, Dez. 1996 .

ULLRICH, Danielle Regina; DE OLIVEIRA, Josiane Silva; SCHEFFER, Angela Beatriz Busato. Formação de Redes Sociais de Co-Autoria na área de Gestão de Pessoas: Uma Análise Bibliométrica em Periódicos Brasileiros no Triênio de 2007 a 2009. **REGE Revista de Gestão**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 553-570, 2012.

VANTI, Nadia Aurora Peres. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, 2002.

VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues; DO NASCIMENTO, Leonardo Silveira. A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: um enfoque contábil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 14, p. 106-126, 2012.